



0057
22/1/88

Prefeitura Municipal de Barueri

ESTADO DE SÃO PAULO

Barueri, 26 de Abril de 1988.

MENSAGEM Nº 06/88

Senhor Presidente:-

Tenho a honra de remeter a V.Exa., para a alta apreciação dessa Egrêgia Câmara o anexo projeto de lei que prorroga por ' mais 07(sete) meses o prazo referido no artigo 7º, da Lei nº 543, de 11 de novembro de 1985, para o protocolamento de pedidos de anistia de construções clandestinas.

Como se recorda, a lei nº 543, de 11 de novembro de 1985, autorizou o Executivo Municipal a proceder, mediante anistia, a regularização das construções clandestinas do Município, estabelecendo o prazo de 720 (setecentos e vinte) dias, contados de sua publicação, para o protocolo dos correspondentes pedidos.

Posteriormente, nos termos da lei nº 615, de 23 de outubro de 1987, o prazo acima foi prorrogado por mais 06 (seis) meses.

Sucede, todavia, que, não obstante o prazo da prorrogação esteja prestes a exaurir; os objetivos da lei nº 543/85 não foram atendidos, vez que o número de construções anistiadas não é significativo se ' considerado o grande número de edificações irregulares.

Evidente, pois, que, embora o prazo conferido tenha sido longo, a lei nº 543/85, deixou de atender sua finalidade, qual seja o de eliminar, na medida do possível, o problema das construções clandestinas e irregulares.

A presente propositura, destarte, tem por objetivo prorrogar o prazo em questão por mais 7(sete) meses, de forma a que, mediante nova e ampla publicidade, os interessados regularizem suas construções, sem ' maiores ônus.

De se acrescentar que, em caso de não prorrogação, somente poderão ser aprovados pela Prefeitura as plantas efetivamente atendas as normas da lei de uso, ocupação e zoneamento.

Diante do exposto, ressalta manifesto o alto interesse público e a relevância do projeto de lei, razão pela qual dispensáveis maiores considerações a respeito.



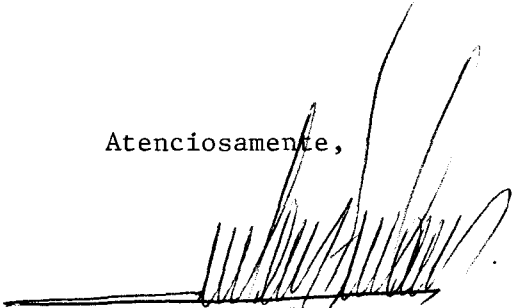
0058
Prefeitura Municipal de Barueri

ESTADO DE SÃO PAULO

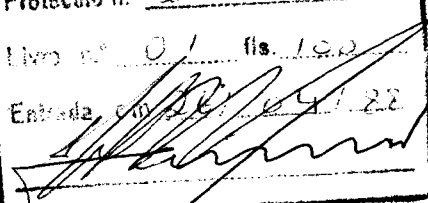
A medida, diante dos argumentos acima expostos, é de caráter urgente, razão pela qual solicito se dê a ela o tratamento de urgência a que faz alusão o artigo 26, § 1º, da Lei Orgânica dos Municípios, a fim de que anexo projeto tenha tramitação no prazo máximo de 40(quarenta) dias.

Valho-me do ensejo para reiterar a V.Exa. e seus Nobres Pares os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,


RUBENS FURLAN

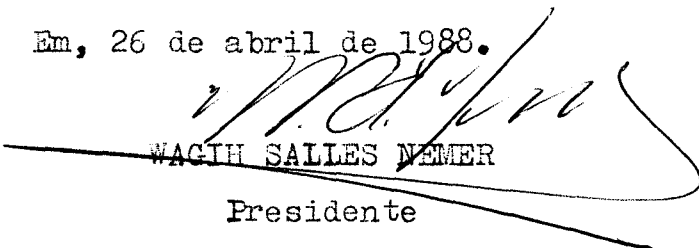
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI
Protocolo n.º 225
Livro nº 01 fls. 100
Entrada em 22/04/88


À SECRETARIA:

Extraír xerocópias da presente Mensagem, bem como, do Projeto de Lei apensado e encaminhá-las aos Senhores Vereadores.

Em, 26 de abril de 1988.


WACIH SALLES NEMER

Presidente

EXMO. SR.

WACIH SALLES NEMER

DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE
BARUERI